ISSN 2526-5822

CONJUNTURA

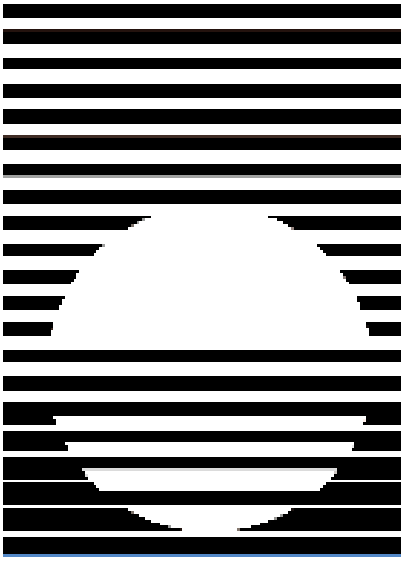
LATITUDE SUL



08
2026

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822



O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

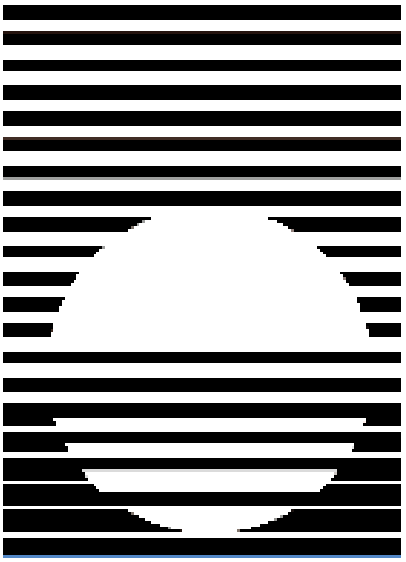
Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Maria Clara Dutra, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br

CAPES CNPq FAPERJ IESP.UERJ

SUMÁRIO



Página 04

Aumenta a deterioração das relações do Brasil com Argentina e EUA

Acordos entre Argentina e China avançam a despeito da pressão dos Estados Unidos

Página 05

Primeiro diálogo entre governo e oposição na Venezuela ocorre sob tutela dos EUA

EUA e Venezuela anunciam acordo de exploração de petróleo

Governo Kast aprova sua principal reforma econômica

Página 06

Chile lança nova agenda de segurança pública e combate ao crime organizado transnacional

No Equador, Noboa intensifica agenda diplomática

Página 07

No Peru, segurança e tensões políticas marcam o primeiro mês do governo Fujimori

Página 08

Terremoto atinge Colômbia poucos dias após a posse presidencial de Abelardo de la Espriella

Página 09

Guiana amplia sua participação na renda do petróleo enquanto Estados Unidos aprofundam investimentos em energia e minerais estratégicos

Impasse entre Brasil e Paraguai sobre artefatos de guerra balança relação bilateral

Governo brasileiro busca incorporar agenda de minerais críticos ao Mercosul

Página 09

Na OEA, Brasil vota contra resolução sobre crise na Nicarágua

IESP.UERJ

Aumenta a deterioração das relações do Brasil com Argentina e EUA

As relações do Brasil com a Argentina e os EUA sofreram novos desgastes ao longo do mês. Em 4 de agosto, o Itamaraty comunicou ao embaixador argentino em Brasília, Guillermo Daniel Raimondi, que ele poderia retornar a Buenos Aires, enquanto o governo brasileiro passaria a conduzir as relações com o país vizinho por meio do encarregado de negócios. A decisão, sem precedentes na história bilateral, ocorreu após o presidente argentino Javier Milei chamar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ladrão e corrupto durante uma entrevista, endossando ataques anteriores proferidos em evento de apoio à candidatura de Flávio Bolsonaro à presidência da República. O embaixador brasileiro na Argentina, Julio Bitelli, permanece no Brasil, após ter sido convocado pelo Itamaraty no mês passado. Ainda em 4 de agosto, os EUA anunciaram a revogação do visto da embaixadora brasileira em Washington, Maria Luiza Viotti. O governo Donald Trump justificou a medida pela demora brasileira em conceder o agrément ao indicado americano para a embaixada em Brasília, Daniel Perez. O Itamaraty, por sua vez, classificou as justificativas como falsas e afirmou que o processo de concessão do agrément é confidencial e não possui prazo estabelecido pela Convenção de Viena. Em nota, o governo Lula também acusou Washington de promover uma escalada deliberada de medidas hostis e de tentar interferir na próxima eleição presidencial brasileira. No dia 10, os EUA aceitaram o pedido brasileiro de organizar consultas na Organização Mundial do Comércio (OMC) para tratar das sobretaxas aplicadas a produtos brasileiros. No mesmo dia, a China solicitou participação nas consultas, alegando possuir interesse comercial nas discussões, pois podem interferir em mercados de exportação do país asiático.

Fontes: Folha de S. Paulo, 04/08/2026; BBC Brasil, 04/08/2026; UOL, 04/08/2026; Valor Econômico, 11/08/2026.

Acordos entre Argentina e China avançam a despeito da pressão dos Estados Unidos

No dia 6 de agosto, a Embaixada da China em Buenos Aires acusou os Estados Unidos de tentarem impedir um acordo entre a cooperativa argentina de serviços públicos da província de Neuquén, a CALF, e a empresa chinesa Huawei. Em uma declaração publicada online, a diplomacia chinesa alega que autoridades estadunidenses teriam ameaçado revogar os vistos de executivos da CALF, caso a negociação com a Huawei avançasse, o que foi classificado como um ato de "interferência na soberania argentina" e de "violação dos princípios do livre mercado". Tal negociação tem como objetivo a comercialização de equipamentos da multinacional chinesa para ampliar a infraestrutura de fibra óptica na região de Vaca Muerta, área estratégica para a produção argentina de petróleo e gás. As rusgas entre Washington e Pequim por conta da atuação da Hauwei ocorrem desde 2019, quando Donald Trump, ainda no seu primeiro mandato, impôs restrições à atuação da empresa no território estadunidense, por supostamente promover esquemas de espionagem. Apesar das pressões, a relação bilateral entre a Argentina e a China não vem sofrendo grandes transformações ao longo do governo de Javier Milei. Prova disso é a renovação por mais cinco anos do acordo de swap cambial entre os dois países no valor de aproximadamente US$ 19 bilhões, aprovado no dia 5 de agosto. O acordo oferece à Argentina um importante mecanismo de liquidez e previsibilidade financeira, ao ampliar a sua reserva em yuanes, a moeda chinesa, que é menos vulnerável às flutuações do mercado do que o peso. Além disso, a Argentina pode utilizar os yuanes disponibilizados para pagar importações provenientes da China, a sua principal parceira comercial, reduzindo a necessidade de utilizar dólares. Outro fato que evidencia a proximidade entre as diplomacias dos dois países ocorreu no dia 24 de agosto, quando foi cancelado um evento que discutiria os "totalitarismos do século XXI", após pressão da Embaixada da China. Os representantes diplomáticos chineses solicitaram à Chancelaria argentina e à Legislatura da Cidade de Buenos Aires a suspensão do encontro, organizado pelo Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (CADAL), por prever a participação de Dolkun Isa, um ativista que luta pelas causas da etnia uigur e que acusa o governo da China de cometer violações de direitos humanos a esse grupo.

Fontes: Associated Press News, 05/08/2026; Diario Libre, 05/08/2026; Foreign Affairs, 03/08/2026; Infobae, 24/08/2026; Reuters, 06/08/2026.

Primeiro diálogo entre governo e oposição na Venezuela ocorre sob tutela dos EUA

Em 6 de agosto de 2026 ocorreu o primeiro diálogo entre o governo interino de Delcy Rodríguez e um setor da oposição venezuelana, processo impulsionado pelo governo dos EUA. Os diálogos ocorreram sete meses após o governo de Donald Trump invadir e capturar o então presidente Nicolás Maduro, em janeiro, que permanece aguardando julgamento em prisão em Nova York. Em 2 de agosto, Maduro inclusive defendeu publicamente o diálogo, mas sua situação não foi mencionada durante o encontro. O evento ocorreu na base aérea de La Carlota, em Caracas, e reuniu a delegação do governo, chefiada por Jorge Rodríguez – irmão de Delcy e presidente da Assembleia Nacional –, e a oposição, liderada pela ex-deputada Dinorah Figuera. María Corina Machado, que liderou a oposição nas eleições presidenciais de 2024, não participou. Os temas discutidos no dia 6 de agosto incluíram a assistência às vítimas dos terremotos de 24 de junho, a recomposição do Conselho Nacional Eleitoral, e a reinstitucionalização de garantias políticas. Em 4 de agosto, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, declarou esperar que a transição política levasse "meses, não anos". Em 14 de agosto, o governo de Rodríguez libertou 131 presos políticos, medida celebrada por Rubio como "passo crucial para a reconciliação da nação". O mês de agosto também foi marcado pela retomada das relações da Venezuela com Israel, após 17 anos de ruptura. Destaca-se, por fim, a aprovação pelo governo venezuelano do novo embaixador do Brasil em Caracas, em 21 de agosto. Guilherme de Aguiar Patriota será sabatinado pelo Senado brasileiro antes de assumir o posto.

Fontes: G1, 02/08/2026; G1, 04/08/2026; G1, 06/08/2026; Opera Mundi, 06/08/2026; Folha de São Paulo, 11/08/2026; O Globo, 15/08/2026; Folha de São Paulo, 21/08/2026; Folha de São Paulo, 21/08/2026.

EUA e Venezuela anunciam acordo de exploração de petróleo

Em 28 de agosto de 2026, Donald Trump anunciou um acordo petrolífero concedendo aos EUA o controle majoritário sobre 65 bilhões de barris de reservas venezuelanas. Os detalhes do acordo não foram divulgados, e há divergências, por exemplo, sobre o período da concessão: Washington menciona 100 anos, enquanto Caracas afirma serem 25 anos. O acordo ocorre alguns meses após a alteração da Lei de Hidrocarbonetos venezuelana, realizada após a retirada de Nicolás Maduro da presidência. A nova legislação permite que empresas privadas explorem petróleo em território venezuelano. Delcy Rodríguez chamou o pacto de impulso ao "renascimento" do país, projetando US$ 100 bilhões em investimentos decorrentes do acordo e mais de US$ 209 bilhões em receita tributária. O anúncio foi criticado por diversos atores, que apontaram riscos de perda da soberania sobre as riquezas do país, poucos benefícios para a população e alto custo político. Em 30 de agosto, a presidente interina rebateu as acusações, afirmando que a Venezuela manterá controle soberano sobre seu petróleo mesmo após o acordo, e que os recursos advindos da exploração contribuirão para o desenvolvimento do país. A petrolífera North American Blue Energy Partners, controlada pelo empresário venezuelano Alejandro Betancourt, assumirá o controle de dezessete campos de petróleo. Segundo informação de dois funcionários estadunidenses à Reuters, seis desses campos eram controlados por empresas chinesas e russas. O governo dos EUA manterá 35% do controle da joint venture responsável pela exploração. Trump classificou o entendimento como o "maior acordo petrolífero da história mundial" e afirmou que o petróleo venezuelano servirá para reabastecer a reserva estratégica dos EUA. No dia 1º de setembro, o Ministério das Relações Exteriores da China reagiu, afirmando que os "direitos e interesses legítimos da China na Venezuela devem ser salvaguardados".

Fontes: AP News, 28/08/2026; CNN, 28/08/2026; O Globo, 30/08/2026; TeleSur, 30/08/2026; CNN, 30/08/2026; Valor Econômico, 31/08/2026; Nexo Jornal, 31/08/2026; DW, 01/09/2026.

Governo Kast aprova sua principal reforma econômica

No dia 4 de agosto de 2026, o Senado chileno aprovou o último dispositivo pendente da Lei de Reconstrução Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social, conhecida como "megarreforma", concluindo a tramitação parlamentar da principal iniciativa econômica do governo de José Antonio Kast. A aprovação ocorreu menos de cinco meses após a

posse de Kast, em 11 de março de 2026, e marcou o cumprimento de uma das primeiras prioridades de seu governo, cuja agenda está concentrada na recuperação econômica, na segurança pública e no controle da migração irregular. A megarreforma havia sido anunciada por Kast em 14 de março, três dias após sua posse, e foi apresentada pelo governo como um instrumento fundamental para recuperar o crescimento, estimular investimentos e gerar empregos. Entre suas principais medidas estão a redução gradual do imposto corporativo de 27% para 23%, a reintegração do sistema tributário, mecanismos de invariabilidade tributária para grandes investimentos, incentivos à contratação de trabalhadores, a agilização de permissões para investimentos e benefícios tributários relacionados às contribuições imobiliárias de pessoas com mais de 65 anos. No dia 4 de agosto, após aproximadamente três meses e meio de tramitação, o Senado aprovou por 27 votos o mecanismo destinado a compensar os municípios pela redução de receitas decorrente dos benefícios sobre contribuições imobiliárias, último ponto pendente para o despacho do projeto pelo Congresso. Em 28 de agosto, o ministro da Fazenda, Jorge Quiroz, afirmou que o governo esperava concluir os procedimentos restantes no Tribunal Constitucional e promulgar a megarreforma na primeira quinzena de setembro. A megarreforma de Kast sofreu duras críticas da oposição, que apontou riscos para as contas públicas e para o aprofundamento das desigualdades. Constanza Martínez, presidente da Frente Ampla, apontou que, com a reforma, o governo Kast escolheu beneficiar as classes mais ricas em detrimento da classe média. A proposta também recebeu questionamentos do FMI quanto aos possíveis impactos sobre a arrecadação e a sustentabilidade fiscal, ainda que o órgão também tenha avaliado que algumas medidas da reforma poderiam contribuir para o crescimento econômico.

Fontes: El País, 22/04/2026; El País, 24/06/2026; La Tercera, 16/07/2026; El País, 05/08/2026; La Tercera, 28/08/2026.

Chile lança nova agenda de segurança pública e combate ao crime organizado transnacional

No dia 5 de agosto de 2026, um dia após o Senado aprovar o último dispositivo pendente da megarreforma, principal iniciativa de seu programa econômico, o presidente José Antonio Kast anunciou a Agenda contra o Crime Organizado e o Terrorismo (ACOT) e declarou a segurança pública como prioridade da nova etapa de seu governo. Principal promessa da campanha de Kast, a segurança integra, junto à recuperação econômica e ao controle da migração, os principais eixos de sua administração. A ACOT reúne cerca de 30 iniciativas legislativas para o fortalecimento das polícias, controle migratório e fronteiriço, crime organizado, sistema penitenciário e segurança pública, das quais 20 já tramitavam no Congresso. Em 18 de agosto, o governo apresentou ao Senado oito reformas constitucionais vinculadas à ACOT, incluindo a criação de um novo estado de exceção para situações de ameaça grave à segurança pública. A proposta permitiria ao presidente restringir direitos de locomoção, reunião e associação, além de interceptar comunicações e requisitar bens. As medidas provocaram críticas da oposição, de especialistas e de setores da própria direita, sobretudo quanto à extensão dos poderes presidenciais e às possíveis restrições às liberdades individuais. Kast também buscou conferir às suas propostas para segurança, uma dimensão regional, diante do caráter transnacional do crime organizado no Chile. No dia 19 de agosto, o governo chileno liderou a constituição do grupo de trabalho do Compromisso Regional de Santiago contra o Crime Organizado Transnacional, iniciativa lançada em maio e integrada por Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. O mecanismo busca coordenar ações em segurança, inteligência financeira e tributária, controle migratório e fiscalização das fronteiras. No dia 31 de agosto, essa cooperação avançou com a primeira reunião de altos comandos policiais de Chile e Bolívia, em La Paz, voltada ao enfrentamento do narcotráfico, crime organizado, tráfico de pessoas e outros delitos transnacionais.

Fontes: El País, 06/08/2026; El País, 18/06/2026; MRE – Chile, 29/08/2026; MRE – Chile, 31/08/2026.

No Equador, Noboa intensifica agenda diplomática

Durante o mês de agosto de 2026, o presidente Daniel Noboa manteve uma agenda exterior intensa, combinando aproximação com governos sul-americanos, diversificação de parceiros extrarregionais e aprofundamento das relações econômicas com a China. Nos primeiros dias do mês, recebeu em Quito

autoridades dos Emirados Árabes Unidos, Israel e Japão. Em 3 de agosto, reuniu-se com o ministro de Estado emiradense Omar Sultan Al Olama para discutir iniciativas em inteligência artificial e infraestrutura tecnológica. No dia 5, encontrou-se com o chanceler israelense Gideon Sa'ar, ocasião em que foram assinados acordos nas áreas de segurança e comércio, e com o ministro japonês Toshimitsu Motegi, com quem tratou de investimentos e inovação. Em 6 de agosto, Noboa recebeu o presidente argentino Javier Milei e assinou seis instrumentos de cooperação envolvendo segurança, energia nuclear, transporte aéreo e combate à pesca ilegal. No dia seguinte, viajou à Colômbia para a posse presidencial de Abelardo de la Espriella, com quem manteve reunião bilateral. O principal movimento diplomático do mês, contudo, ocorreu na Ásia. Em 16 de agosto, Noboa iniciou sua primeira visita de Estado à China, em uma agenda voltada à ampliação do comércio, atração de investimentos e cooperação nos setores de energia, mineração, tecnologia e infraestrutura. Em Pequim, reuniu-se com Xi Jinping e outros dirigentes chineses. Em 18 de agosto, os dois presidentes firmaram sete acordos, que incluíram cerca de US$ 43 milhões em cooperação para projetos de segurança, saúde, educação, produção e prevenção de riscos, além de iniciativas em energia renovável, economia digital e indústria verde. A viagem previa, ainda. compromissos em Singapura e Vietnã. Noboa chegou a Singapura em 23 de agosto e reuniu-se com a ministra Grace Fu, mas antecipou seu retorno ao Equador após a morte do diretor do Centro Nacional de Inteligência, Michele Sensi-Contugi. A agenda de agosto evidenciou, assim, uma política externa orientada pela diversificação de parceiros econômicos e tecnológicos, com destaque para a intensificação dos vínculos com a China, sem abandonar a cooperação estreita mantida com os Estados Unidos na área de segurança.

Fontes: El Universo, 08/08/2026; El Universo, 16/08/2026; Deutsche Welle, 17/08/2026; El Comercio, 18/08/2026; China en las Américas, 18/08/2026; El Universo, 21/08/2026; El Universo, 23/08/2026.

No Peru, segurança e tensões políticas marcam o primeiro mês do governo Fujimori

O mês de agosto de 2026 correspondeu ao primeiro mês completo do governo de Keiko Fujimori, empossada em 28 de julho, e foi marcado pela organização interna do novo Congresso bicameral, pelo restabelecimento das relações diplomáticas com o México, por uma crise de segurança pública que dominou o debate político e pelo envio ao Legislativo de um pedido de delegação de poderes. No campo diplomático, em 7 de agosto o chanceler Carlos Espá anunciou o restabelecimento das relações entre Peru e México, rompidas há mais de nove meses, após o governo mexicano ter concedido asilo político à ex-primeira-ministra Betssy Chávez. A normalização foi viabilizada pela concessão de salvo-conduto à Chávez, que havia permanecido na embaixada mexicana à espera do documento. Espá informou que a embaixada do México em Lima seria reaberta e que as relações retornariam ao nível de embaixadores. A presidente do México, Claudia Sheinbaum, confirmou o reatamento e ratificou seu apoio ao ex-presidente Pedro Castillo, ainda preso no penal de Barbadillo. O tema que, efetivamente, dominou o mês, porém, foi a segurança pública. Em 17 de agosto, dados do Sistema Informático Nacional de Óbitos (SINADEF) indicavam 102 homicídios nos primeiros 18 dias de governo, com 77,5% dos casos cometidos por projétil de arma de fogo, o percentual mais alto registrado nas últimas nove gestões presidenciais. A divulgação das cifras coincidiu com o cancelamento de uma conferência de imprensa que a Polícia Nacional do Peru havia convocado para apresentar seus resultados operacionais, com a presença anunciada do comandante-geral Óscar Arriola Delgado e do ministro do Interior, César Astudillo. A ausência de uma posição oficial sobre os números alimentou tensões entre o governo e a cúpula policial, com a permanência de Arriola no cargo passando a ser questionada publicamente, inclusive por parlamentares de oposição e por integrantes da própria coalizão. Em 28 de agosto, o balanço totalizava 151 homicídios entre 28 de julho e 24 de agosto, dos quais 114, correspondentes a 75,5%, foram cometidos por armas de fogo. A crise de segurança também chegou ao Congresso. Em 23 de agosto, nove ministros do gabinete foram citados ou receberam moções de interpelação das duas Câmaras. O ministro da Defesa, Rafael Belaúnde, respondeu a 43 questões sobre seus vínculos com a empresa Minera Poderosa e sobre o uso das Forças Armadas na província de Pataz. O chanceler Espá foi chamado para esclarecer os termos jurídicos da adesão ao mecanismo Escudo das Américas, iniciativa do presidente estadunidense Donald Trump para

combater o crime organizado, diante de dúvidas sobre a necessidade de aprovação legislativa e a eventual presença de militares estrangeiros no território nacional. Foi nesse contexto que, em 28 de agosto, o Executivo encaminhou à Câmara de Deputados o pedido de delegação de poderes legislativos pelo prazo de 120 dias, contemplando 66 solicitações nas áreas de segurança, micro e pequena empresa, simplificação administrativa, reforma tributária e reforma do Estado. O governo invocou o artigo 105 da Constituição para tramitação com caráter de urgência, que estabelece prazo máximo de 15 dias úteis para o debate em plenário. Entre as medidas propostas, destacam-se a tipificação das organizações criminosas como terroristas. Ao fim do mês, pesquisa do CPI realizada entre 25 e 28 de agosto registrou aprovação de 52,6% ao governo Fujimori, com 30% de desaprovação e 17,4% sem resposta definida. O resultado é inferior ao de Pedro Pablo Kuczynski, que alcançou cerca de 61% no primeiro mês de governo, mas superior ao de Pedro Castillo (24%) e Dina Boluarte (19%).

Fontes: La República, 07/08/2026; La República, 17/08/2026; La República, 23/08/2026; La República, 28/08/2026; La República, 28/08/2026; Infobae, 29/08/2026.

Terremoto atinge Colômbia poucos dias após a posse presidencial de Abelardo de la Espriella

No dia 7 de agosto, Abelardo de la Espriella tomou posse como presidente da Colômbia, após vencer as eleições com apoio de lideranças de extrema direita. A cerimônia contou com a presença dos presidentes da Argentina, Javier Milei; do Equador, Daniel Noboa; do Paraguai, Santiago Peña; do Chile, José Antonio Kast; e do rei da Espanha, Felipe VI. Em seu primeiro discurso após a posse, Espriella destacou a luta contra a corrupção, o combate aos grupos paramilitares e o patriotismo, enfatizando a importância das instituições democráticas e religiosas, e apresentando críticas indiretas ao governo de Gustavo Petro. Retomando um alinhamento mais direto com os EUA, no dia 9 de agosto, o mandatário agradeceu ao país norte-americano pelo anúncio de um auxílio econômico de 1 bilhão de dólares destinado aos objetivos comuns de segurança, luta contra o narcoterrorismo e desenvolvimento econômico. Segundo o recém-empossado mandatário, tal pacote econômico foi uma resposta positiva dos EUA à entrada da Colômbia no Escudo das Américas, coalizão criada pelo governo Trump, que reúne lideranças de extrema-direita do continente americano. Reforçando essa aproximação, Espriella autorizou, segundo o secretário de defesa dos EUA Pete Hegseth, que autoridades estadunidenses realizassem operações conjuntas em território colombiano para "combater o terrorismo". Em paralelo, no dia 10 de agosto, um terremoto de magnitude 7,4 atingiu o país. Tendo seu epicentro no departamento de Chocó, os tremores deixaram cerca de 300 pessoas mortas, centenas de desaparecidos e milhares de famílias afetadas. De forma complementar aos problemas enfrentados por um governo recém-empossado, a suspensão do processo de transição entre o gabinete de Petro e Espriella, no mês de julho, introduziu uma maior dificuldade na resposta aos efeitos do terremoto. Além de ter anunciado às lideranças das principais agências relacionadas a desastres naturais apenas após o ocorrido, Espriella sofreu críticas sobre a maneira como coordenou o recebimento da ajuda internacional. Por exemplo, a partir de suas redes sociais, o embaixador chinês solicitou que o governo colombiano indicasse autoridades para coordenar o auxílio advindo de outros países, indicando certa desorganização institucional. Após ofertas de envio de equipes de resgate de países como México, Chile, Argentina e Brasil, o governo colombiano anunciou que aceitaria apenas suprimentos, já que a Colômbia teria pessoal suficiente e que o processo logístico de busca poderia ser prejudicado pela participação de times estrangeiros. Apesar de negar o auxílio de equipes de países latino-americanos com experiência em situações similares à ocorrida na Colômbia – como Chile e México -, Espriella não hesitou em aceitar a entrada de equipes dos EUA, Israel, El Salvador e Equador. Tais decisões, criticadas por Gustavo Petro e Iván Cepeda, lideranças da oposição ao novo presidente, foram sustentadas por justificativas dúbias. Enquanto não havia permitido a entrada de resgatistas do México por possíveis falta de certificações internacionais, liberou a de times de El Salvador, que não possuíam tais credenciais.

Fontes: El Universo, 06/08/2026; Cambio, 08/08/2026; Semana, 09/08/2026; El País, 11/08/2026; La Silla Vacía, 12/08/2026; Infobae, 13/08/2026; UOL, 13/08/2026; El País, 19/08/2026.

Guiana amplia sua participação na renda do petróleo enquanto Estados Unidos aprofundam investimentos em energia e minerais estratégicos

No dia 18 de agosto, o presidente Irfaan Ali anunciou que a participação da Guiana na produção de petróleo havia alcançado 39,8%, após o consórcio liderado pela ExxonMobil recuperar aproximadamente US$ 55 bilhões investidos desde 2014. Com a recuperação dos custos, uma parcela menor da produção passa a ser destinada a essa finalidade, ampliando a parcela do lucro dividida entre o Estado guianês e as empresas participantes. A mudança representa uma nova etapa na apropriação da renda petrolífera pela Guiana, ampliando sua capacidade financeira justamente no momento em que o país consolida uma das mais aceleradas expansões econômicas do continente. Paralelamente, a aproximação com os Estados Unidos vem adquirindo uma dimensão que ultrapassa o setor petrolífero. Durante a visita do vice-secretário de Estado Christopher Landau à Guiana, em agosto, foram discutidas oportunidades de investimento nos setores de energia e minerais estratégicos. Entre as iniciativas apresentadas está um investimento de aproximadamente US$ 150 milhões para a expansão da produção de bauxita, articulando recursos públicos e privados estadunidenses e incluindo a construção de instalações de processamento tanto na Guiana quanto nos Estados Unidos. O projeto possui importância estratégica para Washington por buscar reduzir a dependência de cadeias de fornecimento de minerais dominadas pela China, inserindo os recursos minerais guianenses na disputa internacional por matérias-primas consideradas essenciais às indústrias de energia, tecnologia e defesa. A combinação entre a expansão da produção petrolífera, o aumento da participação estatal na renda dos hidrocarbonetos e a atração de investimentos estrangeiros em minerais estratégicos evidencia, assim, que a crescente importância econômica da Guiana vem sendo acompanhada por sua incorporação a uma disputa geopolítica mais ampla, na qual os Estados Unidos procuram ampliar sua presença econômica e assegurar fontes alternativas de energia e matérias-primas no Caribe e na América do Sul.

Fontes: Rio Times, 19/08/2026; Kaieteur News, 10/08/2026.

Impasse entre Brasil e Paraguai sobre artefatos de guerra balança relação bilateral

Em 24 de julho, o presidente Lula fez declarações sobre a Guerra do Paraguai ou Tríplice Aliança, incluindo um comentário sobre uma "invasão" paraguaia ao Brasil. As falas foram mal recebidas pelo país vizinho e provocaram um profundo mal-estar diplomático. De imediato, as reações por parte de senadores, deputados e representantes do governo paraguaio foram de repúdio. Depois, a chancelaria convocou o embaixador brasileiro no país, José Antonio Marcondes de Carvalho, para conceder explicações e enviou uma nota de repúdio para o Brasil. Para o lado paraguaio, a fala de Lula simplificou e distorceu um processo histórico que é "muito mais complexo". Ao longo do mês de agosto, a tensão diplomática entre ambas as partes continuou elevada. O Paraguai voltou a demandar os chamados "troféus de guerra", o canhão "Presidente López" e o obuseiro "El Cristiano", argumentando que o Brasil foi o único país que ainda não devolveu os bens retirados ao longo do conflito. De imediato, o governo brasileiro acenou junto ao Ministério da Defesa que faria a devolução, contudo a questão também envolve o Congresso Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma vez que as peças são patrimônio brasileiro tombado desde 1998 e estão expostas no Museu Histórico Nacional. O Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, alegou que levará o caso à próxima reunião de chanceleres do Mercosul, que acontecerá no dia 1ª de setembro em Montevidéu.

Fontes: UOL, 31/08/2026; Metrópoles, 31/08/2026.

Governo brasileiro busca incorporar agenda de minerais críticos ao Mercosul

No mês de agosto, foi anunciado um acordo de cooperação assinado entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) para a realização de estudos e mapeamento de insumos estratégicos para a transição energética, com possibilidades de ampliar a integração produtiva entre o Mercosul e o Chile. Com investimentos na casa dos US$ 120 mil e prazo inicial de 12 meses, a proposta direciona esforços

para capacidades de pesquisa e desenvolvimento, inovação e processamento mineral, além de identificar oportunidades de investimento, análise e homogeneização dos marcos regulatórios, realização de oficinas técnicas e elaboração de bases de dados conjuntas. Os objetivos do acordo são incrementar o potencial de processamento dos minerais, fortalecer a industrialização e promover o desenvolvimento tecnológico dos países envolvidos. Na América do Sul, Argentina, Bolívia e Chile respondem por grande parte da produção de lítio, enquanto o Brasil é reconhecido por sua diversidade mineral.

Fontes: CNN Brasil, 17/08/2026; Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, 04/09/2026.

Na OEA, Brasil vota contra resolução sobre crise na Nicarágua

No dia 4 de agosto, a missão permanente dos Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos apresentou um projeto de resolução e uma proposta de reunião extraordinária para os chanceleres dos países membros opinarem sobre a crise na Nicarágua. No mesmo dia, cerca de 10 países emitiram um comunicado conjunto manifestando "profunda preocupação" com a situação política no país, dentre eles Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai. Tais movimentações ocorreram após declarações do presidente Daniel Ortega sobre mudanças nas regras eleitorais, que incluem uma reforma parcial na Constituição para prevenir a ação de "golpistas" e "traidores da pátria". O país caribenho não faz parte da organização desde 2023, como reação às declarações sobre a reeleição de Ortega feitas pela OEA e à resolução que apontou falta de 'legitimidade democrática' no pleito. A ação dos EUA, que previa a adoção de "medidas coletivas" contra a Nicarágua, foi copatrocinada pelos governos da Argentina, do Panamá, do Paraguai e do Uruguai e culminou com uma convocação para uma reunião extraordinária do Conselho Permanente, no dia 5. Contudo, neste primeiro encontro, não houve maioria necessária para aprovação do texto. No dia 19, após nova convocação feita no dia 17, a resolução foi aprovada por 29 dos 31 países que participaram da sessão. A representação brasileira votou contra a medida, alegando que a reunião de chanceleres seria "prematura" e que seria necessária uma "abordagem construtiva baseada em avaliação técnica". A missão do México se absteve.

Fontes: Infobae, 05/08/2026; CNN Brasil, 05/08/2026; UOL Notícias, 05/08/2026; Metrópoles, 19/08/2026; UOL Notícias, 19/08/2026; Metrópoles, 19/08/2026.



OPSA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO

CAPES CNPq FAPERJ IESP.UERJ